

Versão preliminar disponibilizada em 15 de março de 2019

DEMOGRAFIA NO BRASIL: PARA ONDE CAMINHAMOS?

Por *Rui Tavares Maluf**

1

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

OBJETIVOS DO ARTIGO

QUESTÕES A SEREM CONSIDERADAS

O TERRITÓRIO: UMA QUESTÃO PRELIMINAR

POPULAÇÃO E TERRITÓRIO EM ALGUNS PAÍSES

CASAMENTOS COMO MEIO DE TERMOS FILHOS?

QUEREMOS MENOS FILHOS QUE NOSSOS PAIS?

NASCIDOS VIVOS: O QUE ESPERAR

NASCIMENTOS NAS REGIÕES DO BRASIL

MORTE: A OUTRA PONTA DA VIDA

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NAS CAPITALS

NOS ESTADOS A EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA É DIFERENTE?

APRESENTAÇÃO

Neste artigo me proponho a refletir a respeito de mudanças sociais e demográficas verificadas no Brasil nas últimas décadas, tendo por preocupação maior estimular alunos de pós-graduação em pesquisa a refletirem a respeito de suas implicações para a análise dos fenômenos sociais e para a tomada de decisão tanto para a política das instituições governamentais¹ quanto para os analistas do setor privado. Espero que as linhas a seguir consigam proporcionar ao leitor o interesse intelectual que tive ao me propor a escrever sobre o assunto, bem como estimulá-lo em estabelecer relações com sua prática profissional.

INTRODUÇÃO

Ao considerarmos o campo de interesse da demografia estaremos provavelmente nos preocupando com questões conhecidas como *estatísticas vitais* tais como taxas de fecundidade, de natalidade (especialmente a infantil), taxa de mortalidade (infantil e adulta), taxa de crescimento, expectativa de vida, estabilidade, decréscimo populacional, migrações interna e externa, população por sexo e por local de moradia (urbana-rural), distribuição regional da população, entre outros. Não é difícil perceber que nesta matéria há um aspecto propriamente biológico, ou seja, da natureza humana, e outros ligados ao vasto campo da sociedade nas diversas dimensões como economia² e política pública. Este vasto campo de interesse é muito caro aos governos uma vez que estes tem a responsabilidade maior de tomar decisões baseados nas informações as mais objetivas possíveis, bem como atualizadas. Daí a importância da realização regular de censos demográficos e sociais a cada decênio por instituições de credibilidade para que isso se realize. No Brasil, como sabemos, o censo nacional é realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o qual se instalou definitivamente sob este nome pelo decreto-lei 218 de 26 de janeiro de 1938, embora tenha sido criado em 1934 com o nome de Instituto Nacional de Estatística (INE) pelo Decreto 24.609 de 6 de julho³. Considerando-se os censos nacionais efetivamente realizados antes e depois⁴ da criação do instituto (e não apenas previstos em lei) tem-se um total de onze (11). No decorrer do século XX as populações brasileira e mundial cresceram muito, ainda que isso tenha se dado a taxas diferenciadas por países e regiões. Mas a demografia brasileira não pode ser bem entendida descurando-se da população planetária, a qual era estimada para o ano de 2017 em 7.530.360.149. No mesmo ano, a população projetada para o Brasil era de 209.288.278, ou seja, o Brasil que dispõe de uma população que está entre as maiores participa com somente 2,77% da população global, enquanto a da República Popular da China, a maior da Terra, com seus 1.386.395.000, participa com expressivos 18,41%. Se a demografia é considerada sob o ângulo

¹ - Importante esclarecer que este autor é cientista político e não demógrafo e, portanto, sua reflexão está moldada e orientada primeiramente por preocupações ligadas às instituições públicas.

² - A demografia enquanto ciência moderna teve sua consolidação pelas mãos de um economista, a saber, o inglês Thomas Robert Malthus (1766-1834), por meio da publicação de sua obra em 1798 com título aqui abreviado de *An Essay on the Principles of Population* na qual ele alerta para o risco da superpopulação mundial argumentando que enquanto a população cresce a taxa geométrica os meios de subsistência crescem a taxa aritmética.

³ - O decreto criando o INE foi publicado 10 dias antes da promulgação Constituição (a segunda da República a qual duraria somente três anos e quatro meses) e fixou seus objetivos sob o espírito federativo da carta magna, bem como a forma pela qual o mesmo se viabilizaria etc, enquanto o segundo, criando o IBGE, apenas mudou o nome e se deu no ano seguinte a sanção da lei 38/35 que definia “crimes contra a ordem política e social”, mais conhecida como *Lei de Segurança Nacional*. Uma e outra se deram sob o governo de Getúlio Dornelles Vargas, também conhecido como modernizador e autoritário.

⁴ - Foram os seguintes: 1872 (ainda sob o Império), 1890, 1900, 1920 (Primeira República), 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

da relação entre a população total e as condições de vida, já faz tempo que vários especialistas alertam para a incompatibilidade entre o modo de vida que se leva e a capacidade dos recursos naturais em suportá-lo, tendo em conta a desigualdade existente na Terra e mesmo em cada país⁵. De forma geral este artigo procura discutir a questão demográfica no Brasil e suas interfaces e implicações em outras dimensões, e, portanto, leva em consideração o Mundo na perspectiva de sua relação com questões decisivas para o sucesso das políticas públicas governamentais.

OBJETIVOS DO ARTIGO

Este artigo se propõe a atingir dois objetivos de propósitos distintos, mas complementares. O primeiro, o qual se reveste de preocupação de ensino e metodológica, é de contribuir com alunos de curso superior, especialmente pós-graduação, em busca de conhecimento analítico ou amadurecimento no campo da análise proveniente de pesquisas as mais diversas. O segundo é o de organizar e analisar alguns aspectos da demografia, tais como nascimentos (nascidos vivos ocorridos) e casamentos ocorridos focando especificamente grupos etários de mulheres (mães e cônjuges) e os níveis de governo no Brasil (unidades federativas e municípios). Assim procedendo, espero ao final ter conseguido atingir estes objetivos e que o leitor passe a dispor de uma compreensão mais rica sobre a questão demográfica no Brasil e de o quanto a mesma pode ser um fator coadjuvante para o desenvolvimento mais geral do País, ou ser um obstáculo, especialmente quando comparado a muitos outros do Planeta. A despeito das antagônicas possibilidades, meu objetivo maior é o de enfatizar que o lado positivo tende a se sobressair.

QUESTÕES A SEREM CONSIDERADAS

Estou convencido que toda exposição de ideias tem mais probabilidade de ser bem acompanhada pelo interlocutor, seja qual for sua modalidade e postura de conhecimento (diletante, conhecimento acadêmico, profissional, etc.), caso esta seja precedida de questões divulgadas na forma interrogativa mesmo que as respostas para algumas destas perguntas não sejam plenamente satisfatórias no decorrer do próprio artigo⁶.

Eis algumas questões que nortearão a exposição e argumentação do presente texto:

- 1) Como tem se dado a evolução populacional do Brasil recentemente, e, também, em suas partes (unidades federativas e municípios)?
 - 1-1) O crescimento populacional atual também se verifica quando a população é decomposta no âmbito das unidades federativas e municípios, bem como de vários grupos que o compõem?
- 2) O crescimento populacional presente consiste em aumento de números de casamento e outras formas de união, bem como dos nascimentos?
- 3) A variação crescente demográfica ocorre de forma equilibrada em todas as regiões do País?
- 4) É possível falar que na atualidade os processos migratórios externos (imigrantes internacionais e emigrações) e domésticos (mudanças intra e inter-regionais) tem relação direta com crescimento da população?

⁵ - Disso não se depreenda necessariamente que o problema residiria no tamanho da população com alertava Thomas Malthus ao final do século XVIII, mas sim na desigualdade e na forma como se dá o consumo.

⁶ - É compreensível a expectativa quase instintiva de que sucedendo uma pergunta ocorra uma resposta afirmativa, objetiva, capaz de encerrar o problema, ainda que no mais das vezes isto não seja possível.

- 5) Os dados apresentados são os mais indicados para responder às questões formuladas?

O TERRITÓRIO: UMA QUESTÃO PRELIMINAR

Pensar a configuração do território de um país é algo que não tem relação direta com a demografia, isto é, deve ser entendido como uma dimensão externa a disciplina. Primeiramente o território pode ser entendido tanto em seus aspectos físicos e naturais quanto político-administrativo o que o subdivide de forma simplificada nas divisões por regiões (Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul no caso do Brasil), domésticas (estados e municípios também no caso do Brasil) e de suas fronteiras internacionais (incluindo a marítima quando os países possuem saída para o mar). Ainda assim, o estudo demográfico não pode ignorar o território uma vez que a disposição da população se dá forçosamente sobre um espaço físico⁷ e a distribuição jamais se dá de forma proporcional às suas partes constitutivas (seja nas jurisdições típicas de níveis de governo como os estados e municípios ou mesmo nas regiões geográficas). Assim sendo, o tamanho do território e o tamanho da população, bem assim a forma como ocupa o mesmo, tornam-se assuntos imbricados. Uma vez que nos propomos a estudar o Brasil, há que se reconhecer uma relação por muitos anos assimétrica, isto é, ao se tornar independente de Portugal em 1822 o país já era possuidor de um vasto território, porém contando com uma escassa população. Levando-se em conta o primeiro censo oficial do Brasil realizado 50 anos mais tarde (1872) o qual seria o primeiro do País que se pretendia até então de abrangência nacional, o território do Brasil era pouco menor do que o atual de 8.514.876 km²⁸, pois o Acre ainda não havia sido incorporado ao país⁹ e alguns outros ajustes de fronteira ainda não estavam concluídos. Apesar de todas as dificuldades de realização e falhas metodológicas a população total então recenseada é aceita como de 9.930.478. Por sua vez, a população recenseada em 2010 (138 anos depois), último censo até o momento em que o presente artigo era escrito, foi de 190.755.799 (19,21 vezes maior). E pelas projeções do IBGE, no ano de 2019 a população estaria em 210.147.125 (meros 1,1 vez maior do que a de 2010). Porém, se o crescimento populacional começa a ser mais lento, o tamanho do território não muda mais (é o que se espera pelo fato do Brasil não estar envolvido em qualquer litígio), fato este que resulta em uma densidade demográfica maior.

Para efeito da melhor compreensão da mudança na densidade demográfica¹⁰ brasileira desde o primeiro censo, utilizo o tamanho atual para o censo de 2010 e a projeção de 2019 e o tamanho subtraído da superfície atual do estado do Acre para o primeiro censo¹¹.

⁷ - Ainda que para efeito de jurisdições o território se estenda sobre águas fluviais e marítimas e mesmo populações vivam sobre as águas (quase sempre por razões de pobreza nas chamadas palafitas).

⁸ - Antes disso, em 1851, o Brasil firmou tratado com o Peru pelo qual incorporou 76.500 km² ao território nacional (GOES FILHO: 2013).

⁹ - A superfície do atual estado do Acre é de 164.123,74 km², o que representa somente 1,9% do total do território nacional. Em 1903, durante o governo do presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves, o Brasil representado por seu ministro das Relações Exteriores, Barão do Rio Branco, concluiu em Petrópolis tratado no qual adquiria o território do Acre da Bolívia, pagando por este o montante de 2 milhões de libras esterlinas, cedendo pequena parte do Mato Grosso para o país vizinho.

¹⁰ - Densidade demográfica é o quociente da razão quantidade de habitantes por determinada extensão ao quadrado, geralmente (quilômetro quadrado, km²).

¹¹ - A grandeza utilizada para 1872 passa a ser de 8.350.752,26, mas ainda assim é uma aproximação por não levar em conta que neste lapso de tempo ainda faltava outras pendências fronteiriças em relação a outros vizinhos as quais seriam solucionadas anos depois.

Tabela 01 BRASIL <i>Densidade demográfica tendo por base dois censos (1872 e 2010) e uma projeção de população (2019)</i>	
ANO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (Habitantes por Km2)
1872	1,19
2010	22,40
2019	24,68

É indiscutível que a densidade demográfica cresceu fortemente tendo o ano de 1872 por base como se verifica na tabela acima, mas não parece difícil perceber que a mesma continua sendo pequena devido a grande superfície territorial que o Brasil possui. Tal afirmação fica mais contundente e fácil de ser compreendida verificando-se as mudanças nas composições populacionais dos estados nos três momentos históricos mencionados. Tomem-se os exemplos dos estados de São Paulo e do Ceará na tabela abaixo.

Tabela 02 <i>População dos estados de São Paulo (SP) e do Ceará (CE), percentual das populações destes dois estados no total da População do Brasil (BR) e densidade demográfica (hab/km2) em dois censos (1872, 2010) e em uma projeção (2019)</i>						
ANO	SP	% DA POPULAÇÃO DE SP NA DO BR	Hab/Km2 em SP	% DA POPULAÇÃO DO CE NA DO	% DA POPULAÇÃO DO CE NA DO BR	Hab/Km2 no CE
1872	680.742	6,85	2,74	689.778	6,95	0,22
2010	41.262.199	21,63	166,23	8.452.381	4,43	56,77
2019	45.919.049	21,85	191,15	9.132.858	4,35	61,34
Observação: a área territorial de São Paulo em km2 é de 248.219,66 e a do Ceará de 148.887,63						

Nos dois estados as populações aumentaram muito em números absolutos de 1872 para 2010 embora o crescimento de São Paulo seja muitíssimo maior e ultrapasse em muito o tamanho do Ceará que no primeiro censo tinha mais população que São Paulo. Além desta diferença, a tendência de participação da população estadual na total do País foi inversa. Enquanto a do estado de São Paulo cresceu muito sua participação a do Ceará diminuiu, embora a densidade demográfica em ambos tenha aumentado significativamente, ainda que a de São Paulo seja bem maior. E a diferença na densidade demográfica chama ainda mais a atenção considerando que a área territorial de São Paulo seja quase 100 mil km2 superior do que a do Ceará, fato este que tende a atenuar o impacto desta mesma densidade.

POPULAÇÃO E TERRITÓRIO EM ALGUNS PAÍSES

A comparação da população e da densidade demográfica do Brasil com os de outros países pode ajudar a entender se há claramente uma tendência demográfica aqui e se eventualmente é comparável com a de outras nações. Escolhi países situados nas Américas e intencionalmente nas extremidades no tamanho de seus territórios e de suas populações.

PAÍS	POP-2014	HAB KM ² 2014	POP-2018	HAB KM ² 2018
Brasil	204.213.133	24,43	210.867.954	24,76
Argentina	42.981.515	15,71	44.688.864	16,07
El Salvador	6.281.189	303,15	6.411.558	304,71
EUA	317.718.779	34,73	326.766.748	38,37
México	124.221.600	63,90	130.759.074	66,56
Uruguai	3.419.546	19,54	3.469.551	19,69

Observação: a superfície territorial dos países é a seguinte: Argentina, 2.780.400 km²; Brasil, 8.515.770 km²; El Salvador, 21.040 km²; EUA 9.831.510 km²; México, 1.964.380 km²; e Uruguai 176.220 km².

Os seis (6) países retratam combinações diferentes, a saber: 1) grandes populações com moderadas densidades demográficas; 2) grandes populações com baixas densidades demográficas (Brasil e EUA); 3) populações de tamanho médio com baixa densidade demográfica (Argentina); 4) população pequena com alta densidade demográfica (El Salvador); e 5) população pequena com baixa densidade demográfica (Uruguai). A despeito do perfil apresentado, os mesmos apresentam alguma variação, especialmente EUA e México no tocante ao aumento da densidade demográfica bem sensível entre 2014 e 2018.

CASAMENTOS COMO MEIO DE TERMOS FILHOS?

Independentemente da questão territorial e de como a população neste se distribui, há que se ter presente temas que se colocam antes ou no meio desta os quais afetarão as condições de vida das pessoas e dos locais onde estas vivem. Trata-se da união entre casais a qual vem passando por mudanças importantes no mundo e no Brasil, embora a forma casamento entre pessoas de diferentes sexos é o tipo de união pelo qual os institutos de estatística nacionais privilegiam como gerador de informação uma vez que a procriação demanda tal tipo de relação. Filhos adotivos podem, seguramente, ser de casais do mesmo sexo e até mesmo ter sido gerado por um dos membros do casal, mas obrigatoriamente com a contribuição de outro sexo (inseminação artificial, por exemplo). E casamentos entre pessoas de sexos diferentes não gerarão obrigatoriamente filhos, embora seja o mais comum.

Observe na tabela seguinte como isso se passa no Brasil contemporâneo, tendo como variável o número de casamentos ocorridos no ano de 2017, de acordo com o grupo de idade das mulheres e a porcentagem de cada grupo no total de matrimônios.

Pouco mais de um (1) milhão de casamentos ocorreu no ano de 2017 o que não significa nem muito nem pouco tendo por base apenas esta informação¹². Todavia, é importante observar a composição destes matrimônios pelo ângulo da idade das mulheres aqui agrupadas em onze (11) faixas etárias. Afinal de contas, todo e qualquer descendente virá obrigatoriamente de seu ventre seja pelo método natural ou mediante a contribuição da ciência. Os grupos etários que prevalecem são formados de mulheres jovens como seria de esperar. Ainda chama a atenção o elevado número de casamentos entre mulheres de 15 a 19 anos de idade, ou seja, na adolescência, com 9,2% de todos matrimônios, embora, provavelmente, este número já seja menor do que em anos anteriores. Mas o primeiro grupo etário é o de 25 a 29 anos (22,82%), ainda assim não tão jovem quanto outro imediatamente anterior, segundo na lista, a saber, o de 20 a 24 anos (21,71%). Somados estes grupos perfazem 44,53% o que é uma grandeza bem considerável, mas não chega a 50%. E nada desprezível são os grupos que se perfilam em terceiro e quarto lugares, ou seja, os de 30 a 34 anos (17,11%) e os de 35 a 39 anos (11,43%). Mesmo não trabalhando neste momento com dados de anos anteriores que sirvam de base de comparação e permitam uma interpretação mais aprofundada, vale considerar provisoriamente que a primeira juventude não concentra demasiadamente os casamentos e em outras palavras verifica-se razoável fragmentação nos quatro (4) principais grupos. Ademais, vale considerar a possibilidade de que os filhos, em sua maioria, não nascerão no primeiro ano do casamento. No tópico a seguir, a informação sobre nascimentos¹³ contribuirá para a resposta.

Faixa Etária	Quantitativo	Participação percentual no Total
15 a 19 anos	97.883	9,2
20 a 24 anos	231.097	21,71
25 a 29 anos	242.917	22,82
30 a 34 anos	182.136	17,11
35 a 39 anos	121.654	11,43
40 a 44 anos	73.661	6,92
45 a 49 anos	49.572	4,66

¹² - Neste mesmo ano, a Justiça de 1ª instância homologou nada menos que 373.216 divórcios consensuais, sendo que o grupo dos que tinham até cinco (5) anos de matrimônio chegou a 112.347 (30,1%).

¹³ - Informações sobre nascimentos (nascidos vivos) e sobre casamentos são extraídas das Estatísticas dos Registros Cíveis do IBGE as quais são produzidas a partir das informações fornecidas pelos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais. Portanto, as informações presentes repousam sobre dados efetivos destes subconjuntos da população brasileira e não de processos de amostragem e decorrentes estimativas.

50 a 54 anos	31.828	2,99
55 a 59 anos	16.923	1,59
60 a 64 anos	8.974	0,84
65 anos ou mais	7.356	0,69
Idade ignorada ¹⁴	279	0,03
Total	1.064.489	100
FONTE: IBGE, Registro Civil, dados trabalhados pelo autor a partir do SIDRA		

QUEREMOS MENOS FILHOS DO QUE NOSSOS PAIS?

Talvez possa ajudar na resposta do título acima formular outra pergunta: será que nossos, pais, avós e bisavós queriam mesmo ter muitos filhos como de fato tiveram? Antes de qualquer resposta, parto do entendimento que todos que se encontram hoje com idades entre 18 e 29 anos já se escolarizaram recepcionando a informação de que vivem em um País no qual a forma de união entre os casais mudou muito¹⁵ e o número de filhos por casal vem diminuindo ao longo das últimas décadas. E mesmo que muitas escolas possam ter ficado a desejar na transmissão deste conhecimento, uma vez que são notórias as dificuldades enfrentadas pelo ensino básico e médio (especialmente na rede pública), os jovens estão conectados em redes sociais e, por outro lado, não estão desconectados da mídia tradicional (ainda que possam utilizá-la pouco a depender dos grupos sociais), a qual disponibiliza regular informação sobre o assunto seja sob a forma de breves notas, reportagens, como divulgação de debates e seminários. Pretendo mostrar alguns números que mostrem as diferenças no número de nascimentos no Brasil e também em algumas unidades federativas, mas antes de fazê-lo pretendo disponibilizar alguns argumentos que retornem à questão deste tópico, estabelecendo as relações entre o que observamos hoje (menos filhos) com mudanças que se deram no último meio século.

Nossos antepassados talvez não desejassem nem mais nem menos filhos de forma geral, ao menos a resposta poderia ser negativa se nos voltarmos para aspectos de realizações pessoais e interiores. Mas vale ressaltar que no Brasil de mais de meio século atrás, o mundo rural ainda era dominante, a religião tinha uma importância muito mais central na vida das pessoas e recomendava a procriação e coibia a separação dos casais. Na economia de forma geral (e no mundo rural de forma ainda mais proeminente), muitos braços eram necessários para ajudar na produção, bem como na assistência aos mais velhos da família. Os casais de hoje querem menos filhos do que os de épocas anteriores? Sim, se nos apoiarmos simplesmente nos dados demográficos os quais comparam séries históricas uma vez que é muito mais difícil responder

¹⁴ - A informação idade ignorada é problemática embora venha diminuindo bem em anos mais recentes, pois um casamento pressupõe documentação e nesta há de constar a idade do cônjuge. No entanto, a dificuldade por vezes se dá em erros de transmissão da informação do registro do cartório para o IBGE.

¹⁵ - Aumentou o número de casamentos por mulher e por homem, ou seja, casar novamente deixou de ser coisa quase e somente de viúvos e de anulações, além de união entre pessoas do mesmo sexo passar a ser admitida.

com objetividade a questões específicas e de intimidade, as quais estão muito impregnadas de questões subjetivas. E por que os casais querem menos filhos? Será por que suas experiências familiares e de filhos não a recomendarem? Podemos fazer várias perguntas e se descêssemos o foco da análise para o microcosmo seguramente encontraríamos situações diversas. Mas é preciso explicitar novamente que há muitos novos fatos e informações para as gerações atuais que acabam por restringir estas possibilidades, alguns dos quais arrolamos no quadro a seguir:

- Perda de centralidade da religião na vida das famílias;
- Métodos anticoncepcionais modernos como pílula a partir dos anos 60 do século XX permitiram a dissociação de sexo e casamento;
- Facilitação do acesso ao público jovem dos métodos contraceptivos, como distribuição gratuita de preservativos masculinos;
- Liberalização dos costumes a partir dos anos 50 do século XX propiciou a emancipação das mulheres;
- Aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho;
- Maior escolarização (seja no tocante aos sexos como em nível nacional);
- Maior urbanização das sociedades e do Brasil;
- Custos de geração e de criação dos filhos mais elevados;
- Mulheres passam a ter seu primeiro filho mais velhas;
- Mais informação e mais possibilidade de estabelecer comparações

NASCIDOS VIVOS: O QUE ESPERAR

O Registro Civil é uma fonte de informação rica de dados para a compreensão das tendências demográficas. Esta fonte comporta informações sobre nascimentos ocorridos em um ano (nascidos vivos), óbitos, óbitos fetais, casamentos entre cônjuges masculino e feminino, e divórcios. Tomo como elemento de consideração os nascidos vivos ocorridos em dois anos que selecionei (2003 e 2017) bem espaçados entre si.

Ao apresentar a tabela de casamentos no ano de 2017 e sua composição por grupos de idade, afirmei que não se poderia dizer nada sobre o total de matrimônios pela ausência de qualquer outra informação de ano anterior para que pudesse ser comparada (ou mesmo em nível internacional). Em relação aos nascimentos, trabalho com dois anos a fim de propiciar tal comparação, considerando como anterior o de 2003 (14 anos antes¹⁶).

De acordo com a tabela a seguir os nascidos vivos aumentaram em 2017 somente 1,48% em relação a 2003 enquanto a projeção de população total aponta evolução bem maior nos mesmos anos (14,5%) e, finalmente, a evolução de percentual de nascidos vivos na população total cai a expressivos 11,46%. Estes resultados são importantes, pois sugerem que além de a população total brasileira ainda aumentar consideravelmente em um espaço de 15 anos o aumento dos nascidos vivos é bem pequeno. Ou seja, são dados que se encaixam nas afirmações de que a população brasileira tende a se estabilizar e envelhecer.

¹⁶ - Embora conte-se 15 anos pois o ano de 2003 é a base.

Tabela 05 BRASIL			
<i>Nascidos vivos no ano, projeção de população total e percentual (%) de nascidos vivos na população total, segundo os anos de 2003 e 2017 e a evolução percentual de 2003 para 2017 em percentagem</i>			
ITEM	2013	2017	Evolução em % (2003/2013)
Nascidos vivos no ano	2.832.590	2.874.466	1,48
População estimada	180.619.108	206.804.741	14,50
% Nascidos vivos na Pop	1,57	1,39	(11,46)
Fonte: IBGE, SIDRA, Registro Civil. Dados organizados e adequados pelo autor			

A idade na qual a mulher se torna mãe também é um indicador importante para o entendimento da tendência demográfica. Por exemplo: quando a primeira maternidade se dá com a mulher ainda muito jovem, existe maior probabilidade de conceber outros filhos e quando a primeira ocorre com a mulher mais velha a probabilidade diminui devido à própria fertilidade de a mulher estar limitada pela natureza, ainda que a ciência venha oferecendo condições de razoável expansão deste limite.

A despeito das maiores restrições biológicas e riscos para a maternidade mais velha, é interessante verificar o quanto isso vem ou não se passando no Brasil. Tendo por base a tabela seguinte a primeira interpretação é de que as mulheres em sua maioria continuam sendo mães jovens e na outra extremidade diminuiu muito o número de mães mais velhas, conquanto nesta informação não haja discriminação de se os nascimentos se tratam da primeira maternidade.

Tabela 06			
<i>Porcentagens de Nascidos Vivos nos Grupos de Idade da Mãe nos anos de 2003 e 2017, com respectivos nascimentos totais (em todo o Brasil) e Variação Percentual entre os anos mencionados</i>			
GRUPO DE IDADE	ANO DE 2003	ANO DE 2017	VARIAÇÃO EM % (2017/2003)
Menos de 15 anos	0,82	0,67	-18,29
15 a 19 anos	20,32	15,22	-25,10
20 a 24 anos	30,29	24,90	-17,79
25 a 29 anos	23,15	22,88	-1,17
30 a 34 anos	13,62	20,39	49,71
35 a 39 anos	6,85	11,64	69,93
40 a 44 anos	1,87	2,71	44,92
45 a 49 anos	0,25	0,16	-36,00
50 anos ou mais	0,07	0,01	-85,71
Ignorado	0,91	0,42	-53,85
TOTAL BASE 100	100	100	-
TOTAL ABSOLUTO	2.832.590	2.874.466	1,48

Sim, os grupos etários que prevalecem no total dos nascidos vivos são os mesmos na primeira posição tanto em 2003 como em 2017, mas com importantes alterações na ordem de grandeza. As mães que prevalecem são as de 20 a 24 anos, embora no ano de 2003 elas representassem 30,29% do total e no ano de 2017 24,90%, uma queda de 17,79%. A segunda posição também se mantém, também com alterações no tamanho. Em 2003 as mães de 25 a 29 anos participaram com 23,15% do total e no ano de 2017 com 22,88%, queda de 1,17%. Depois disso, as posições se alteram e as faixas intermediárias mais velhas passam a participar mais em 2017 do que em 2003. Comparar dois anos somente não permite extrair conclusões, mas não deixa de ser uma visão instigante a qual parece estar razoavelmente bem ajustada ao que os demógrafos mostram há vários anos. É provável que a mudança seja bem mais drástica na direção do envelhecimento da maternidade se a tabela reunisse somente mães em primeira maternidade.

NASCIMENTOS NAS UNIDADES FEDERATIVAS DO BRASIL

Verifica-se agora como se dão os nascimentos considerando as características das regiões e das Unidades Federativas (UFs), ou estados. Trabalhar com estas informações se justifica na medida em que é sabido que os desenvolvimentos econômico e social são bem desiguais em todo o território brasileiro, bem como as características culturais, o que também poderia se expressar nesta matéria.

As informações aqui trabalhadas resumem informações da tabela 2.612 das Estatísticas do Registro Civil (IBGE), o que significa que este autor agrupou as faixas etárias das mães de forma a facilitar a visualização, mas respeitando afinidades que compusessem uma década, como por exemplo, 20 a 29 anos¹⁷.

Tendo os dados do Total¹⁸ como referência, observa-se que o estado de Roraima, na região Norte, apresentou evolução positiva em todos os grupos, especialmente e ironicamente, sendo a maior evolução no item idade ignorada (357,14%), o que talvez possa ser explicado por ser um dos estados mais recentes do País, mas também pelo fato de já em 2017 a fronteira brasileira com a Venezuela passava a receber elevado número de refugiados da crise política e econômica, muitos dos quais indígenas e, provavelmente, sem documentação. Ora, no Total esta variação é negativa (46,15%). Afora esta ironia, o grupo etário de mães que mais aumentou foi o de 40 a 49 anos de idade (125%), mas não se pode minimizar a evolução positiva de mães adolescentes (menos de 15 a 19 anos), em 12,87%, indo na contramão dos dados do Total, bem como dos outros quatro (4) estados analisados.

No Ceará, estado do Nordeste, o grupo etário das mães que mais aumentou é o de 30 a 39 anos seguido do grupo de 50 anos ou mais, tendo caído fortemente o grupo de mães adolescentes (-17,68%) e em menor medida o da primeira juventude (20 a 29 anos, - 3,04%). No estado do Mato Grosso do Sul, unidade federativa do Centro-Oeste, há queda expressiva nos nascidos vivos de mães adolescentes, e o forte incremento se verifica na faixa rigorosamente

¹⁷ - Originalmente a tabela é disponibilizada em grupos etários de cinco (5), ou mesmo individualmente (o que seria exaustivo e sem necessidade para o presente artigo).

¹⁸ - Total é um número ligeiramente maior do que Brasil enquanto território, pois capta algumas outras situações tais como nascimentos fora do País, mas que serão registrados em consulado ou embaixada brasileira.

mais velha (50 anos ou mais), ainda que se apoie em números absolutos muito pequenos (ou talvez por isso). O segundo grupo de maior variação é o de 30 a 39 anos (90,07%), transitando para a maturidade seguido pela faixa que ingressa na maturidade 40 a 49 anos (87,38%).

No estado do Paraná, ao Sul, verifica-se forte queda de nascidos vivos dentre as mães adolescentes, registrando a maior evolução positiva naquelas que ingressam na maturidade (40 a 49 anos, 46,39%), embora seguido de perto pelas que se encontram no alto da juventude, isto é, de 30 a 39 anos (44,9%).

Finalmente, o estado de São Paulo, na região Sudeste e maior do País em população absoluta, relativa, na economia, urbanização (a depender do critério utilizado) e tantos outros. Esta unidade federativa é a que apresenta maior queda no grupo de mães adolescentes (30,77%), seja comparando com o Total ou mesmo com os outros quatro (4) estados. Mas também apresenta a maior queda no grupo etário da juventude, a saber, de 20 a 29 anos (12,28%) sendo que suas maiores evoluções positivas se encontram na ordem decrescente no grupo mais velho; 50 anos ou mais (114,29%), seguido pelo imediatamente anterior; 40 a 49 anos (71,45%) e depois sendo seguido pelo do alto da juventude, 30 a 39 anos (44,82%). Ora, trata-se de informações poderosas no sentido da elevação da idade da maternidade, mesmo que no meio destes dados encontrem-se mães que já deram a luz anteriormente.

UF e TOTAL	Grupo de Idade	2003	2017	VARIAÇÃO EM % (2017/2003)
TOTAL	Menos de 15 a 19	584.413	456.759	-21,84
	De 20 a 29 anos	1.548.056	1.402.196	-9,42
	De 30 a 39 anos	609.834	920.757	50,98
	De 40 a 49 anos	57.404	82.448	43,63
	50 anos ou mais	579	364	-37,13
	Ignorada	22.176	11.942	-46,15
	TOTAL		2.822.462	2.874.466
Roraima	Menos de 15 a 19	1.772	2.000	12,87
	De 20 a 29 anos	3.960	5.081	28,31
	De 30 a 39 anos	1.216	2.556	110,20
	De 40 a 49 anos	104	235	125,96
	50 anos ou mais	2	3	50,00
	Ignorada	21	96	357,14
	TOTAL		7.075	9.971
Ceará	Menos de 15 a 19	26.104	21.488	-17,68
	De 20 a 29 anos	65.154	63.174	-3,04
	De 30 a 39 anos	25.964	37.191	43,24
	De 40 a 49 anos	3.169	3.367	6,25
	50 anos ou mais	17	23	35,29
	Ignorada	1.278	194	-84,82
	TOTAL		121.686	125.437

Mato Grosso do Sul	Menos de 15 a 19	9.612	7.637	-20,55
	De 20 a 29 anos	21.433	22.823	6,49
	De 30 a 39 anos	6.885	13.086	90,07
	De 40 a 49 anos	515	965	87,38
	50 anos ou mais	1	7	600,00
	Ignorada	209	162	-22,49
	TOTAL	38.655	44.680	15,59
Paraná	Menos de 15 a 19	30.574	21.891	-28,40
	De 20 a 29 anos	79.415	77.451	-2,47
	De 30 a 39 anos	36.128	52.348	44,90
	De 40 a 49 anos	3.076	4.503	46,39
	50 anos ou mais	12	15	25,00
	Ignorada	2.499	720	-71,19
	TOTAL	151.704	156.928	3,44
São Paulo	Menos de 15 a 19	106.034	73.407	-30,77
	De 20 a 29 anos	331.526	290.829	-12,28
	De 30 a 39 anos	158.684	229.801	44,82
	De 40 a 49 anos	12.526	21.476	71,45
	50 anos ou mais	21	45	114,29
	Ignorada	526	399	-24,14
	TOTAL	609.317	611.496	0,36

Fonte: IBGE, Estatísticas do Registro Civil, tabela 2.612, dados organizados pelo autor.

MORTE: A OUTRA PONTA DA VIDA

Se o nascimento é o início da vida, o casamento um importante meio para que esta se reproduza assegurando a continuação da espécie, a morte, chamada tecnicamente de óbito nos trabalhos demográficos, é o seu encerramento. Portanto, é o momento de se tratar da morte, isto é, do óbito. Afinal, já passamos aqui pelas duas primeiras etapas em linhas gerais, examinando dados que sugerem que os nascimentos no Brasil começam a encolher, ou talvez, crescer a um ritmo mais lento, como os casamentos tendem a ocorrer com maior frequência nas faixas etárias intermediárias para cima, ou seja, as uniões se dão com pessoas em idade mais elevada, ainda que jovens.

Relembrando o número total de nascidos vivos em 2017, este alcançou 2.874.466. Compare agora com o número de óbitos totais ocorridos no mesmo ano: 1.277.579. A diferença gera um saldo a favor dos nascidos vivos de 1.596.887 (ou um quociente de 2,25). Em um primeiro momento, a nossa tendência é comemorar a vitória do início da vida sobre sua finalização. Mas a alegria deve ceder à razão a qual recomendará que se lembre de que as

mortes podem se iniciar pouco depois do nascimento¹⁹ e, assim, tal saldo poderá não ser tão significativo. A mortalidade infantil, embora bem menor hoje em dia no Brasil, ainda é um problema. Além disso, a reprodução da vida necessita de condições mínimas de amadurecimento do corpo humano, especialmente da mulher, o que empurra o nascimento para um limite inferior da adolescência para pai e mãe (especialmente esta última). Tudo isso e ainda outros fatores externos ao estritamente demográfico pesarão, como condições econômicas, etc.

Portanto, é oportuno acompanhar na tabela seguinte os óbitos ocorridos tanto em 2003 quanto em 2017, bem como sua desagregação em faixas etárias. Os óbitos totais aumentaram em 2017, o que pouco diz sem se ter presente a informação da população do País nos dois anos²⁰. Por outro lado, focando a observação nas faixas etárias constata-se que houve decréscimo nas faixas que se encontram no início da vida e da juventude, tanto em termos proporcionais quanto absolutos (até 29 anos). Há ligeiro acréscimo na faixa de 30 a 39 e nova queda proporcional e absoluta na de 40 a 49 anos. Será nas cinco (5) faixas mais velhas (a partir de 50 anos) com as quais se trabalhou que se dará o aumento, sendo o mais forte na de 80 anos ou mais.

IDADE DO FALECIDO	2003	2017	VARIAÇÃO ABSOLUTA (2017/2003)	VARIAÇÃO EM % (2017/2003)
Menos de 1 ano	44.743	30.636	-14.107	-31,53
1 a 19 anos	38.872	33.048	-5.824	-14,98
20 a 29 anos	54.616	53.083	-1.533	-2,81
30 a 39 anos	60.780	61.656	876	1,44
40 a 49 anos	89.727	86.951	-2.776	-3,09
50 a 59 anos	118.587	150.424	31.837	26,85
60 a 69 anos	160.895	219.744	58.849	36,58
70 a 79 anos	203.678	261.755	58.077	28,51
80 ou mais	217.537	376.818	159.281	73,22
Ignorado	4.250	3.464	-786	-18,49
TOTAL	993.685	1.277.579	283.894	28,57

Fonte: IBGE, Estatísticas do Registro Civil, Óbitos. Dados organizados pelo autor

¹⁹ - Sem ignorar as mortes intrauterinas, mas que não serão tratadas aqui.

²⁰ - Contudo os dados de população para os anos de 2003 (180.619.108) e 2017 (206.804.741) indicam que terá havido sim aumento real no número de óbitos, por meio da taxa por 100 mil habitantes (total de óbitos/total da população x 100 mil). De uma taxa de 550,15 subiu para 617,77. De qualquer forma, esta análise é precária porque os dados de população são estimativas e projeções, as quais sofrem algumas mudanças que podem interferir nos resultados. Tanto os nascimentos quanto os óbitos são dados do que se passou.

Talvez o aumento de óbitos nas faixas etárias mais velhas não signifique efetivamente um incremento ruim, mas sim a possibilidade de que os indivíduos estão morrendo mais tarde. No tópico óbitos o Brasil integra um espaço no qual tem sido historicamente conhecido pela violência ceifando a vida especialmente dos jovens (aqui incluídas crianças, adolescentes e jovens adultos), aliás, uma marca de muitos países com elevados níveis de desigualdade social. Se a morte por violência no total é bem menor do que a por motivos naturais (em 2017 foram 1.137.075 óbitos naturais contra 115.984 por violência), representando no 9,08% do total, isto não quer dizer algo bom, pois grande parte da responsabilidade de um Estado democrático é o de contribuir para a pacificação da sociedade, mesmo que morte por violência não se reduza a latrocínios e homicídios. Ora, se o Brasil está mesmo se tornando um País mais velho e com pessoas vivendo mais, e com tendência de queda no número de nascidos vivos, é bem preocupante agregar isso a mortes de jovens por violência.

A notícia razoavelmente boa é que houve decréscimo neste quesito nas faixas etárias até 29 anos quando se compara os dados absolutos de 2017 em relação a 2003. E a queda se estende também ao peso relativo das faixas etárias até 29 anos. Em 2003, os obtidos por violência representaram assustadores 45,59% e no ano de 2017 caíram para 41,03%. (decréscimo de 4,56 pontos percentuais). Para efeito de comparação e melhor compreensão: nos óbitos por morte natural o grupo até 29 anos representou meros 9,97% em 2003 e 5,87% em 2017.

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NAS CAPITALS BRASILEIRAS

Passo, agora, para os municípios, isto é, para a população das capitais brasileiras (27 incluindo Brasília, Distrito Federal²¹). Trato aqui das estimativas de população destacando o ano mais recentemente disponibilizado (2018) com o primeiro do milênio (2001), pois quase duas décadas é um tempo suficiente para observar mudanças de tamanho. São Paulo de há muito é o município mais populoso dentre as capitais e todos os municípios brasileiros com larga superioridade de população sobre o segundo, Rio de Janeiro, o qual se fosse um subconjunto do primeiro sua população representaria 54,93% (56,17% no de 2001) daquele. Os dois municípios se constituem em exemplo de concentração populacional geográfica uma vez que ambos estão na Região Sudeste e a distância entre os mesmos é de cerca de 400 km, muito pouco para o tamanho do Brasil. No entanto, mudanças já são bem visíveis. Brasília, capital do País e cidade planejada, deixou a sexta posição em 2001 e passou a terceira em 2018, ultrapassando Salvador neste posto que passou para quarta colocação. Belo Horizonte, por sua vez, deixou a quarta posição para ficar na sexta, posto este que foi ocupado pela capital federal (*vide tabela a seguir*).

Tabela 09

Posicionamento (Ranking) das Capitais Brasileiras com base nas estimativas de população dos anos de 2001 e 2018, considerando os quantitativos de população em cada um dos dois

²¹ - Em termos da formalidade da lei, Brasília (DF) não é município, tem status próprio e muitas de suas atribuições são mais de uma unidade federativa (estado). Por outro lado, é propriamente uma cidade e tem muita relação com município.

<i>anos, a variação entre os referidos anos em termos absolutos (crescimento absoluto) e também percentuais (crescimento em %)</i>				
<i>Em ordem alfabética das capitais</i>				
MUNICÍPIOS_E_BRASIL	2001	2018	EM CRESCIMENTO ABSOLUTO	CRESCIMENTO EM %
Aracaju (SE)	20	19	17	12
Belém (PA)	11	11	16	24
Belo Horizonte (MG)	4	6	9	26
Boa Vista (RR)	26	25	19	2
Brasília (DF)	6	3	2	5
Campo Grande (MS)	17	15	10	11
Cuiabá (MT)	19	20	25	13
Curitiba (PR)	7	8	8	19
Florianópolis (SC)	21	23	22	6
Fortaleza (CE)	5	5	5	16
Goiânia (GO)	12	10	6	7
João Pessoa (PB)	18	18	15	10
Macapá (AP)	24	22	13	3
Maceió (AL)	14	14	14	18
Manaus (AM)	8	7	4	9
Natal (RN)	16	16	20	15
Palmas (TO)	27	27	21	1
Porto Alegre (RS)	10	12	26	27
Porto Velho (RO)	22	21	18	8
Recife (PE)	9	9	12	22
Rio Branco (AC)	25	24	23	4
Rio de Janeiro (RJ)	2	2	3	25
Salvador (BA)	3	4	7	23
São Luís (MA)	13	13	11	14
São Paulo (SP)	1	1	1	21
Teresina (PI)	15	17	24	20
Vitória (ES)	23	26	27	17

Fonte: IBGE, Estatísticas de População, Estimativas de 2001 e 2018 por Municípios. Dados adequados pelo autor

Mas a mudança de posição no decorrer de quase duas décadas não reproduz rigorosamente a grandeza relativa do crescimento de cada uma, como se pode constatar na tabela seguinte que ordena do maior para o menor o número percentual desta variação. Basta ver que Palmas (TO), capital do estado mais recente do Brasil, é a que mais cresceu (93,43%) fato este fácil de entender, pois o referido município tornou-se sede de um poder estadual atraindo obrigatoriamente investimentos para a viabilização das instituições públicas e tendo partido de uma base populacional muito pequena. Em outras palavras, o crescimento da capital do Tocantins é claramente resultado da migração. Também devem ser estes os casos de Boa Vista (RR) e Macapá (AP), as quais comparecem em segundo e terceiro lugares na variação positiva com 80% e 66,83%. Tal como a primeira, estas duas se encontram na região Norte, mas com a particularidade de serem as sedes de estados que fazem fronteiras internacionais. Por si só tal fato não é de longe suficiente para se acreditar em processo de imigração, mas sim de migrações internas, provavelmente intra-regionais ou inter regionais devido ao avanço da fronteira agrícola brasileira. Rio Branco, capital do Acre, que aparece na quarta posição é outro caso da região Norte e situada em estado com fronteira internacional. Ponto em comum para todas estas além da questão regional é o fato de terem populações pequenas, menores do que muitos municípios do interior do Brasil.

Tabela 09.01 <i>Varição percentual nas populações das capitais brasileiras tendo por base as estimativas de população de 2001 e 2018</i> Ordem decrescente de variação	
MUNICÍPIOS	VARIÇÃO %
Palmas (TO)	93,43
Boa Vista (RR)	80,02
Macapá (AP)	66,83
Rio Branco (AC)	53,45
Brasília (DF)	41,82
Florianópolis (SC)	39,89
Goiânia (GO)	34,55
Porto Velho (RO)	34,12
Manaus (AM)	32,32
João Pessoa (PB)	31,75
Campo Grande (MS)	30,39
Aracaju (SE)	27,84
Cuiabá (MT)	23,18
São Luís (MA)	23,12
Natal (RN)	21,53
Fortaleza (CE)	21,05
Vitória (ES)	21,03
Maceió (AL)	19,26
Curitiba (PR)	18,33
Teresina (PI)	18,19
São Paulo (SP)	15,98
Recife (PE)	13,96
Salvador (BA)	13,01
Belém (PA)	12,21
Rio de Janeiro (RJ)	11,83
Belo Horizonte (MG)	10,75
Porto Alegre (RS)	7,15
Fonte: IBGE, Estatísticas de População, Estimativas de 2001 e 2018 por Municípios. Dados adequados pelo autor	

Os municípios se constituem no Brasil em uma das principais bases geradoras de dados demográficos uma vez que a Constituição da República proclamada em 1988 em seu artigo 18 destaca que este ente é autônomo tal como a União, os Estados e o Distrito Federal. Ademais o município é o nível de governo propriamente local e, portanto, com a autonomia assegurada pela carta magna isso o faz ser objeto da atenção especial do IBGE.

Frente a esta realidade, é mais do que oportuno verificar ao menos a evolução populacional nas capitais brasileiras (incluo aqui o Distrito Federal) uma vez que tais municípios por se tratarem da sede dos governos estaduais são tidos como os mais importantes de seus respectivos estados.

CAPITAIS E BRASIL	2001	2018	VARIAÇÃO ABSOLUTA
Aracaju (SE)	468.297	648.939	180.642
Belém (PA)	1.304.314	1.485.732	181.418
Belo Horizonte (MG)	2.258.857	2.501.576	242.719
Boa Vista (RR)	208.514	375.374	166.860
Brasília (DF)	2.097.447	2.974.703	877.256
Campo Grande (MS)	679.281	885.711	206.430
Cuiabá (MT)	492.894	607.153	114.259
Curitiba (PR)	1.620.219	1.917.185	296.966
Florianópolis (SC)	352.401	492.977	140.576
Fortaleza (CE)	2.183.612	2.643.247	459.635
Goiânia (GO)	1.111.622	1.495.705	384.083
João Pessoa (PB)	607.441	800.323	192.882
Macapá (AP)	295.898	493.634	197.736
Maceió (AL)	817.444	1.012.382	194.938
Manaus (AM)	1.451.958	2.145.444	693.486
Natal (RN)	722.144	877.640	155.496
Palmas (TO)	150.884	291.855	140.971
Porto Alegre (RS)	1.373.313	1.479.101	105.788
Porto Velho (RO)	342.264	519.531	177.267
Recife (PE)	1.437.190	1.637.834	200.644
Rio Branco (AC)	261.430	401.155	139.725
Rio de Janeiro (RJ)	5.897.485	6.688.927	791.442
Salvador (BA)	2.485.702	2.857.329	371.627
São Luís (MA)	889.129	1.094.667	205.538
São Paulo (SP)	10.499.133	12.176.866	1.677.733

Teresina (PI)	728.881	861.442	132.561
Vitória (ES)	296.012	358.267	62.255
BRASIL	172.385.826	208.494.900	36.109.074
Fonte: IBGE, Estatísticas de População, Estimativas de 2001 e 2018 por Municípios. Dados adequados pelo autor.			

NOS ESTADOS A EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA É DIFERENTE?

E qual terá sido a evolução nos estados brasileiros onde se encontram as capitais, considerando que estas em sua maioria concentram a maioria da população vivendo nas unidades federativas? A resposta é que há muitas semelhanças (vide tabela 09.01), mas a evolução não é exatamente igual. É semelhante quanto ao fato de que estados criados mais recentemente se situam entre os que tiveram maiores variações percentuais de população e os estados tradicionais com contingentes mais elevados de população ficam nas posições intermediárias para baixo. Mas não é exatamente igual por vários outros fatores, tais como o peso da população da capital no conjunto do estado (distribuição territorial da população no espaço), bem como o número de municípios. Diante destas observações, pergunto se isso permite afirmar que é revelador de tendências de maiores, ou menores crescimentos vegetativo e/ou decorrente de migrações.

UF	VAR_%_2018/2001
Roraima	70,97
Amapá	66,32
Acre	51,35
Distrito Federal	41,82
Amazonas	40,70
Goiás	35,27
Mato Grosso	34,42
Pará	34,25
Tocantins	31,25
Mato Grosso do Sul	30,17
Santa Catarina	29,86
Espírito Santo	25,91
Sergipe	25,37
Rondônia	24,84
Rio Grande do Norte	23,58
Maranhão	22,77
São Paulo	21,02
Ceará	20,25

Pernambuco	18,58
Rio de Janeiro	17,87
Paraná	17,06
Alagoas	16,32
Minas Gerais	16,07
Paraíba	15,22
Piauí	13,63
Bahia	12,10
Rio Grande do Sul	9,89

ENCAMINHANDO RESPOSTAS

Como afirmei no início deste artigo, entre seus objetivos está o de instigar alunos de pós-graduação a lidarem bem com análises sociais e demográficas. Portanto, as informações aqui trabalhadas revelam determinados fatos razoavelmente claros os quais permitem algumas considerações, porém, os mesmos precisam se ligar a outros dados a fim de gerar análises mais consistentes. O interessante, é minha expectativa, é que deste manancial de dados, descrições dos mesmos e algumas análises, os leitores possam perceber algumas questões das grandes questões da área as quais marcam a vida do Brasil contemporâneo e são importantes para quem deseja encontrar respostas para problemas complexos.

Mas independente do que alunos podem explorar de respostas satisfatórias ou não no que foi aqui apresentado, entendo razoável afirmar que os dados gerais de população permitem ver que a população do Brasil continuou a crescer, porém mais lentamente. Considerando a população pelos nascimentos (nascidos vivos) e pelos casamentos observa-se mesmo variação positiva ao se levar em conta mais de um ano, mas este crescimento é desigual tanto ao se observar a idade quanto unidades federativas do País. Como não é nada desprezível o número de óbitos por violência, especialmente entre jovens, como o número de divórcios com poucos anos de casamento.

Tais diferenças não se explicam somente por que é de se esperar desigualdades em cada um destas *coortes* em decorrência das grandezas da população já serem diferentes, mas em decorrência de mudanças que vem se verificando em anos mais recentes na sociedade brasileira. Isso é possível de se constatar mediante o recurso aos dados percentuais que permitem a comparação de tamanhos próprios a fim de expurgar seus efeitos sobre as tendências.

***RUI TAVARES MALUF** é professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, onde leciona desde 2006. Na mesma instituição é coordenador do curso de Pós Opinião Pública e Inteligência de Mercado (OPIM). Doutor em Ciência Política (USP, 2006) e Mestre em Ciência Política (UNICAMP, 1993). Sócio-diretor de Processo & Decisão Consultoria.

ANEXOS

Registro de Nascidos Vivos ocorridos no ano (anos de 2013 e 2017)

Nascidos vivos ocorridos no ano		2013	2017
TOTAL		2.832.590	2.874.466
	Por Sexo		
Homens		1.451.889	1.473.166
Mulheres		1.380.396	1.400.998
Ignorado		305	302
	Idade da mãe na ocasião do parto		
Menos de 15 anos		22.967	19.156
15 a 19 anos		502.255	437.603
20 a 24 anos		716.103	715.776
25 a 29 anos		685.617	686.420
30 a 34 anos		550.031	586.037
35 a 39 anos		262.344	334.720
40 a 44 anos		63.092	77.923
45 a 49 anos		4.055	4.525
50 anos ou mais		344	364
Ignorada		25.782	11.942
	Por Região de nascimento da mãe		
BRASIL		2.802.572	2.855.327
Norte		276.850	289.216
Nordeste		952.653	950.308
Sudeste		993.866	1.031.270
Sul		392.996	390.406
Centro-oeste		182.754	193.608
*Br, sem especificação		3.453	520
Estrangeiro		8.711	13.202
Ignorado		21.307	5.937
	Por Região de nascimento do pai		
BRASIL		2.638.556	2.713.805
Norte		247.759	261.653
Nordeste		919.719	916.501
Sudeste		909.695	965.397
Sul		384.812	383.830
Centro-oeste		167.376	180.442
*Br, sem especificação		9.195	5.982
Estrangeiro		10.679	13.383
Ignorado		183.355	147.278
	Por Unidade Federativa		
Acre		13.743	14.441
Alagoas		62.204	61.275
Amazonas		60.803	64.751
Amapá		7.771	8.561

Bahia		244.789	245.737
Ceará		135.360	135.797
Distrito Federal		28.304	32.621
Espírito Santo		44.299	47.985
Goiás		68.794	69.541
Maranhão		121.895	127.855
Mato Grosso		34.382	39.865
Mato Grosso do Sul		35.896	38.415
Minas Gerais		240.215	259.889
Pará		119.519	121.716
Paraíba		66.978	65.723
Paraná		176.321	169.261
Pernambuco		154.687	145.365
Piauí		56.250	56.763
Rio de Janeiro		180.289	189.762
Rio Grande do Norte		46.049	45.194
Rio Grande do Sul		138.016	139.454
Rondônia		19.136	23.371
Roraima		4.619	5.210
Santa Catarina		70.475	75.115
Sergipe		31.507	32.792
São Paulo		444.892	467.761
Tocantins		22.168	23.603
Br, sem especificação		3.543	520
Estrangeiro		8.711	13.202
Ignorado		21.307	5.937

<i>Estimativas de População das Unidades Federativas do Brasil nos anos de 2001 e 2018</i>		
UF	2001	2018
Acre	574.355	869.265
Alagoas	2.856.629	3.322.820
Amapá	498.735	829.494
Amazonas	2.900.240	4.080.611
Bahia	13.214.114	14.812.617
Ceará	7.547.620	9.075.649
Distrito Federal	2.097.447	2.974.703
Espírito Santo	3.155.016	3.972.388
Goiás	5.116.462	6.921.161
Maranhão	5.730.467	7.035.055
Mato Grosso	2.560.584	3.441.998
Mato Grosso do Sul	2.111.036	2.748.023
Minas Gerais	18.127.096	21.040.662
Pará	6.341.736	8.513.497
Paraíba	3.468.594	3.996.496
Paraná		

	9.694.709	11.348.937
Pernambuco	8.008.207	9.496.294
Piauí	2.873.010	3.264.531
Rio de Janeiro	14.558.545	17.159.960
Rio Grande do Norte	2.815.244	3.479.010
Rio Grande do Sul	10.309.819	11.329.605
Rondônia	1.407.886	1.757.589
Roraima	337.237	576.568
Santa Catarina	5.448.736	7.075.494
São Paulo	37.630.106	45.538.936
Sergipe	1.817.301	2.278.308
Tocantins	1.184.895	1.555.229
Fonte: IBGE, Estimativas de População. Tabela 6579		

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES DE PESQUISA

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – <http://www.ibge.gov.br> - Departamento de Pesquisas (DPE). Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o período 1980-2050 (Revisão 2004). Metodologia e Resultados. Estimativas anuais e mensais da população do Brasil e das Unidades da Federação (1980-2020). Metodologia. Estimativa das populações municipais. Metodologia.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – <http://www.ibge.gov.br> - Estatísticas de População. Registro Civil;
- Organização das Nações Unidas (ONU) - <https://unstats.un.org/unsd/demographic-social/census/#censusdates>
